



**Projeto de Lei 005/2024**

**CONCEDE O TÍTULO DE ENTIDADE DE  
UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL À  
CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS  
DO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS, ESTADO DO PARÁ,  
APROVOU E EU, PREFEITO DE PARAUAPEBAS, SANCIONO A SEGUINTE  
LEI:**

**Art. 1º** Fica concedido o título de Entidade de Utilidade Pública Municipal, para todos os efeitos legais, à Câmara de Dirigentes Lojistas do Município de Parauapebas.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Parauapebas (PA), 26 de fevereiro de 2024**

**DARCI JOSÉ LERMEN**  
**Prefeito Municipal**



### **JUSTIFICATIVA**

Considero um verdadeiro dever cívico apresentar este Projeto de Lei que visa conceder o título de Entidade de Utilidade Pública Municipal à Câmara de Dirigentes Lojistas do Município de Parauapebas.

Fundada no dia 1º de outubro de 1996, a CDL constitui-se em uma das mais respeitáveis e relevantes instituições de nossa cidade. Criada como entidade sem fins lucrativos para representar os interesses dos empreendedores da área comercial, a CDL foi muito mais além.

Trata-se de instituição inclusiva, sem filiação partidária, política ou religiosa que, através da aproximação entre dirigentes de empresas, constrói um ambiente saudável para os negócios e propício à troca de informações e ideias.

A busca da CDL pela excelência se reflete nos inúmeros cursos de capacitação e qualificação profissional, palestras e seminários que são costumeiramente promovidos pela entidade.

A CDL oferece ainda às empresas associadas o banco de currículos, campanhas promocionais em datas comemorativas, emissão do certificado digital, convênio saúde, clube de vantagens e a realização do mérito lojista e empresarial – premiação anual às empresas mais lembradas pelos consumidores.

A CDL é também a gestora do maior banco de dados de proteção ao crédito, o SPC, considerado de caráter público pelo Código de Defesa do Consumidor.

A CDL representa mais de 500 dirigentes lojistas e, com absoluta certeza, cumpre sua missão defendendo os legítimos interesses da entidade e de seus associados junto aos poderes públicos, contribuindo para o progresso social e econômico de Parauapebas.

Assim, cumprido todo o rito regimental, que volte este projeto de lei ao Plenário desta Casa para ser apreciado por meus nobres pares, aos quais peço desde logo que o aprovelem.

**Parauapebas (PA), 26 de fevereiro de 2024**

**Rafael Ribeiro Oliveira**  
**Vereador - MDB**